

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

ASIBAMA-DF

IBAMA-SEDE – 08/04/2015

A Assembleia Geral Extraordinária da ASIBAMA-DF foi iniciada às 09h40min, do dia oito de abril de dois mil e quinze, no Auditório 1 da Sede do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Inicialmente a pauta da assembleia foi lida e colocada em regime de votação. Os servidores aprovaram por unanimidade os seguintes pontos de pauta, com o registro dos desdobramentos:

1) Informes

1.1) A presidente da ASIBAMA-DF informou que o retorno sobre as propostas elaboradas na assembleia conjunta entre ASIBAMA-DF e SINDISEP-DF, que a administração informou que isso será levado na pauta da próxima reunião de Conselho Gestor do IBAMA.

1.2) Sobre a compensação das horas da Copa do Mundo de Futebol foi informado todos os desdobramentos após a última assembleia: produzido o texto padrão e distribuído em meios eletrônicos para ser encaminhado aos gestores e MPOG e produzida faixa da referida reivindicação a qual foi colocada na entrada do MPOG no dia dez de março de 2015. Neste mesmo dia foi protocolada carta ao Ministro do Planejamento. A Associação ainda não recebeu resposta do MPOG. O assunto foi tratado em reunião com ao Presidente Substituto do IBAMA, Sr. Fernando Marques, no dia dois de abril de 2015.

1.3) A mesa concedeu a palavra ao servidor Paulo Ramos, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Transgênicos da ASCEMA Nacional, o qual produziu texto a ser distribuído aos servidores. Propôs-se que a discussão seja encaminhada ao Encontro Nacional da ASCEMA Nacional/CONDSEF.

2) Proposta de reestruturação CEMA/PECMA

a) Apresentação

Foi realizada a apresentação do vídeo produzido pela ASCEMA Nacional. Em seguida, foi realizada apresentação oral. Os arquivos estão disponíveis no site da ASCEMA Nacional.

b) Discussão

- Foi levantando pelo servidor Victor Castro a questão do cargo de Gestor Ambiental, para o Ministério do Meio Ambiente. Questionou se é válido a carreira comprar esta causa sendo que é de interesse restrito dos servidores do MMA e poderia prejudicar a mobilidade entre MMA e outros órgãos. Afirmou que isto nos segmentaria mais. Foi questionado sobre as áreas de atuação, se isso não pode engessar a mobilidade dos servidores na carreira. Entende que o curso de especialização sendo prova eliminatória, poderia ser utilizado contra os novos concursados. Sugere que o curso de formação não tenha um caráter eliminatório.
- Outro servidor pontuou que os engenheiros do INCRA não negociam junto com o restante da carreira, que temos que ter cuidado com os concursos por formação.
- Vitor esclareceu sobre o cargo de Gestor Ambiental, que a ideia é que seja a mesma carreira e que este ponto não foi pacificado no GT. Informou que o risco de diminuição da mobilidade pode existir.
- Ana Maria esclareceu que a ideia é que não haja diferença entre gestores ambientais e analistas ambientais. Relatou que não foi aberto concurso específico para gestor por questões políticas. Existem pessoas ocupando este cargo (aproximadamente 15 pessoas). É necessário debater e é consenso que não podemos abrir mão da nossa mobilidade.
- Antônio Hernandez informou que boa parte das carreiras que foram contempladas por gratificação de fronteira ainda não a recebe.
- Vitor esclareceu que essas conquistas são um pouco recentes e muitas carreiras ainda não tiveram essa questão regulamentada ainda.
- Miriam lembrou que muitos direitos conquistados não foram regulamentados, que precisamos lutar por isso. Precisamos recuperar o poder de compra de 2002. Precisamos da paridade aposentados e ativos.
- O servidor Luciano afirmou ter sentido falta de discussão sobre os benefícios (ex. auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio saúde, etc.) que necessitam ser revistos. O servidor questionou quais são os próximos passos sobre essa discussão.
- Vitor e Ana Maria esclareceram que estes benefícios, bem como o estabelecimento de data base dentre outros assuntos, são lutas coletivas de toda a classe trabalhadora do funcionalismo público, que devemos tratá-los nessa luta coletiva.
- Luís Felipe pediu esclarecimento sobre o que é considerado nas demais atividades de risco. E não entendeu o porquê da especificação para determinadas áreas (ex.

fiscalização). Sugeriu que se estruture quais seriam as atividades de riscos e as pessoas receberiam conforme executassem tais atividades. Afirmou não ser interessante estabelecer essa gratificação apenas sobre setores. Sugere ser colocado para servidores que realizam atividades externas. Entende que não foi colocada na redação mais correta e que não deveria ser dado destaque à área de fiscalização, para não restringir.

- Ariana reiterou os questionamentos do Luis Felipe quanto à gratificação por atividade de risco, insalubridade, e afins. Sugerindo também a análise das atividades executadas, independentemente do setor.

- Alessandra Gayoso pediu esclarecimento sobre a junção dos cargos de nível superior, analistas ambientais e administrativos. Afirmou ter receios que se isso não for muito bem regulamentado, fique em aberto as peculiaridades de cada cargo.

- Vitor esclareceu que os cargos novos teriam entrada no órgão por área de atividade específica. Se dividindo em área administrativa, área finalística, e área especializada. Hoje a transição entre analistas administrativos e ambientais está engessada. O objetivo é ganhar maior mobilidade. As atribuições e concursos podem ser específicos (cargo, área de especialidade e tema poderiam ser exigidos nos concursos). Esses cargos de apoio especializado provavelmente terão que ter provas de títulos, por exemplo.

- Marco Aurélio registrou não achar interessante que o MMA tenha apenas um cargo específico de gestor ambiental para o nível superior. Assim como outros, discordou que a parte administrativa e finalística devam ser unificadas. Alegou que isso poderia ajudar a corroborar o desvio de função. Entende que deveria ter uma forma diferente de ingresso que exigisse maior experiência/especialidade.

- A servidora Barbara reiterou o mesmo ponto de vista que Marco e Alessandra sobre a unificação entre cargos da área administrativa e finalística. Sobre curso de formação eliminatório, entende que pode dificultar, sem ter nenhum ganho para a nossa realidade.

- Luis Felipe frisou que os servidores de área administrativa e finalística tem distinções que devem ser observadas. Frisou que a escolha em fazer um concurso fora da área de formação é uma opção pessoal, que vamos corroborar com o desvio de função. A atividade meio é muito importante, carecendo o órgão de formações específicas na área administrativa. Entende que isso é salutar para o órgão. Frisou que são funções muito diferentes. Entende que o curso de formação eliminatório seria uma boa ideia, desde que fosse muito bem elaborado. Contudo, na atual conjuntura de capacitação, ainda necessitando evoluir nesse ponto, poderia ser muito arriscado abrir esse precedente.

- Alexander Balduino registrou os problemas atuais no órgão ambiental do DF devido a implantação de concursos específicos, gerando segregação e privilégios a determinadas formações, neste caso, os engenheiros. Relatou ter receios sobre o que poderá ocorrer no IBAMA com a implementação desses concursos muito específicos.

- Ana Maria afirmou sobre o problema constante do IBAMA de não regulamentar e aplicar os instrumentos existentes. Se posicionou que essa divisão entre administrativos e finalísticos somente segregam. Citou várias outras carreiras que possuem uma carreira mais simplificada, apenas 3 cargos. Questionou qual é a nossa capacidade de lidar com a realidade que a carreira está chegando no topo e como vamos trabalhar as expertises necessárias.

- Vitor Sarno reiterou que a proposta apresenta o interesse que se tenha apenas 3 níveis.

- Lilian Ferreira relatou que a junção da área administrativa e finalística não carece ser vista como problemática, uma vez que os próprios servidores concursados para atividade finalística acabam executando tais funções.

- Alessandra ponderou sobre outras carreiras com apenas 3 cargos citados, ela entende que pode ser o caso de servidores que tenham funções mais próximas, que na maioria dos nossos casos o que executamos de serviço administrativo é uma ferramenta apenas para que executemos o trabalho finalístico. Entende que a política de remoção tem que ser amplamente discutida e que tal ação de junção não resolve esses problemas de mobilidade/remoção.

- Luis Felipe registrou que separar somente por área administrativa não resolve os problemas atuais, reitera a possibilidade de corroborar desvio de função. Afirmou não detectar grandes vantagens em tal ação. Frisou que esta questão deve ser encaminhada como um ponto polêmico de nossa Assembleia.

- Vitor frisou que agora nós podemos fazer concursos específicos, por formação.

- Ariana levantou a contradição nos motivos alegados para se tentar juntar administrativo e finalístico, contudo propondo a manutenção do cargo de Gestor Ambiental no MMA.

3) Eleição de Delegados para o Encontro da ASCEMA Nacional/CONDSEF a ser realizado em maio/2015.

Foram eleitos 8 delegados, sendo eles: Miriam Parente, Gerson Ferreira, Elisabeth Uema, Ariana Arimura, Ana Maria Cruz, Lilian Ferreira, Elisabeth Braga e Marco Aurélio Villela.

Não havendo mais nada a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Mesa às 12h00, com a presença dos servidores constantes na listagem em anexo.